
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE INDICADORES CONTÁBEIS PARA ANÁLISE EM COOPERATIVAS

EVALUATION OF ECONOMIC AND FINANCIAL PERFORMANCE: A CASE STUDY ON ACCOUNTING INDICATORS FOR ANALYSIS IN COOPERATIVES

Diego Grahl de Santi

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Paraná (Brasil). Professor pelo Centro Universitário UNISEP, Paraná (Brasil).

Endereço: R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, 85819-110
Telefone: (46) 991054816
E-mail: diegograhlsanti@gmail.com

Evandro Augusto de Souza Oliveira

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Paraná (Brasil).

Endereço: R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, 85819-110
Telefone: (45) 999589397
E-mail: evandro_souza_oliveira@hotmail.com

Recebido: 08/05/2019 Aprovado: 20/03/2020
Publicado: 30/04/2020

Geysler Rogis Flor Bertolini

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Santa Catarina (Brasil). Professor pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Paraná (Brasil).

Endereço: R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, 85819-110
Telefone: (45) 991299092
E-mail: Geysler.Bertolini@unioeste.br

RESUMO

O estudo teve com objetivo de analisar os indicadores de uma cooperativa de crédito do oeste do Paraná entre o período de 2014 a 2017 utilizando indicadores financeiros tradicionais levantados na literatura. A metodologia de pesquisa é quantitativa com tratamento dos dados através de análise estatística. Esses estudos vêm crescendo constantemente nos últimos anos devido a importância da saúde financeira de uma instituição financeira no país. Os resultados encontrados apontam que a crise financeira diminuiu os recursos disponíveis dos cooperados, com um volume menor de aplicação e aumento exponencial nos empréstimos, bem como o aumento do patrimônio líquido da empresa devido a sua expansão para outro estado. As cooperativas de crédito devem lançar mão de instrumentos de avaliação de resultados e desempenhos, com o intuito de implementar com eficácia o seu processo de tomada de decisões.

Palavras-chave: Cooperativa. Indicadores Contábeis. Análise. Desempenho.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the indicators of a credit cooperative in western Paraná between 2014 and 2017 using traditional financial indicators raised in the literature. The research methodology is

quantitative with treatment of the data through statistical analysis. These studies have been growing steadily in recent years due to the importance of the financial health of a financial institution in the country. The results show that the financial crisis has reduced the available resources of the cooperative, with a lower application volume and an exponential increase in loans, as well as an increase in the net equity of the company due to its expansion to another state. Credit unions should use performance and performance appraisal tools to effectively implement their decision-making process.

Keywords: Cooperative. Accounting Indicators. Analysis. Performance.

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis têm por objetivo apresentar informações que viabilizem a compreensão dos fatos ocorridos nas entidades e, assim, auxiliem a tomada de decisões dos agentes econômicos. (SOUZA FILHO *et al.*, 2017)

Em essência, o negócio bancário revelasse como uma atividade tipicamente de risco. A continuidade de seus negócios financeiros está vinculada à credibilidade que a organização usufrui no mercado, recebendo manifestações e aprovação com base nos vários tipos de depósitos que consegue captar. As cooperativas de crédito, por sua vez, têm objetivos antagônicos às demais corporações financeiras, haja vista que são sociedades de pessoas, que não visam lucro e buscam o equilíbrio entre o econômico e o social.

Dessa forma, estudos que compreendam análises de insolvência das cooperativas de crédito podem fornecer subsídios às políticas e auxiliar o gestor financeiro a melhor gerir sua instituição, reduzindo, assim, o risco para os agentes econômicos que transacionam com as cooperativas de crédito.

Meurer e Marcon (2011), em um estudo sobre o desempenho em cooperativas, apontam que os cooperados esperam um retorno sobre o capital investido, e ao mesmo tempo, um serviço de qualidade por um custo mais atraente do ofertado pelas demais instituições. Para tanto, as informações contidas nos demonstrativos contábeis são objeto de análise na verificação do desempenho (WESTON; BRIGHAM, 2000).

Muitas análises de insolvência e falência têm sido feitas no setor bancário, o que é de interesse público, uma vez que a falência de instituições bancárias pode gerar consequências mais nefastas para a economia do que a falência de empresas não pertencentes ao setor financeiro.

A importância de questões ligadas à insolvência de instituições financeiras é reconhecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que se comprova com a aprovação pelo CMN, da implementação de um programa para criar condições para que bancos de menor porte voltassem a poder emprestar.

Nesse sentido, as cooperativas de crédito devem lançar mão de instrumentos de avaliação de resultados e desempenhos, com o intuito de implementar com eficácia o seu processo de tomada de decisões, como também a sua estratégia de gestão.

Considerando a importância de conhecer a eficiência das cooperativas, no intuito de proporcionar os benefícios almejados pelos cooperados, criou-se a seguinte questão de pesquisa: Como avaliar o desempenho econômico-financeiro através de indicadores contábeis tradicionais, de tal forma a integrá-los para a avaliação do desempenho na cooperativa?

Tendo como o objetivo deste artigo verificar a situação econômica e financeira da cooperativa de crédito através dos indicadores contábeis. O artigo se justifica pelo fato de os indicadores, tipicamente, serem analisados em separado, não havendo a preocupação em discutir a relação existente entre eles, ou seja, o impacto que sua integração tem no desempenho econômico-financeiro global da cooperativa.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a segunda seção apresenta o referencial teórico sobre os indicadores contábeis financeiros que darão embasamento ao desenvolvimento do trabalho; a terceira seção apresenta o modelo analítico com base no levantamento dos indicadores; a quarta seção descreve e discute os resultados obtidos; a quinta seção tem a discussão dos dados com os resultados e a sexta seção expõe as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A técnica de análise das demonstrações contábeis é uma forma de avaliar o desempenho econômico-financeiro, com o objetivo de apresentar aos gestores das organizações informações que auxiliem no processo de tomada de decisão. Borges, Benedicto e Carvalho (2014) propuseram um modelo de análise econômico-financeira para auxiliar os gestores na tomada de decisão, destacando quais eram os principais índices provenientes da Análise das Demonstrações Financeiras.

2.1 Teoria Institucional

A abordagem da Teoria Institucional caracteriza-se como uma perspectiva teórica consolidada no estudo voltado a ambientes institucionais e dos efeitos que recaem sobre as estruturas e processos organizacionais. Essa perspectiva teórica compreende as ações em âmbito organizacional como um processo resultante de pressões externas e internas que podem influenciar as organizações a buscarem processos semelhantes aos de outras (CALLADO; CALLADO; ALMEIDA, 2014).

Uma organização pertencente a um campo recém-estabelecido apresenta diferenças consideráveis das demais organizações desse mesmo campo, porém, quando ele se estabelece, essa situação é modificada (MEYER; ROWAN, 1977). As organizações inseridas em um mesmo campo são expostas ao mesmo conjunto de forças ou pressões. Essa situação faz com que as organizações exerçam influências umas sobre as outras, gerando um cenário de homogeneidade entre elas (PARENTE *et al.*, 2014).

Burns e Scapens (2000) classificam a Teoria Institucional em três vertentes: *New Institutional Economics* (NIE), *Old Institutional Economics* (OIE), e *New Institutional Sociology* (NIS).

As estratégias adotadas pela organização podem ser compreendidas como consequências dos padrões institucionalizados no ambiente organizacional. Esses padrões podem ser influenciados por mecanismos coercitivos, normativos ou miméticos (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Com isso a abordagem da Teoria Institucional caracteriza-se como uma perspectiva teórica consolidada no estudo voltado a ambientes institucionais e dos efeitos que recaem sobre as estruturas e processos organizacionais. (SEHN; SANTI, ZANCHET, 2019)

Desse modo, os padrões institucionalizados acabam influenciando as opções com que se deparam os tomadores de decisão. Todavia, as decisões são produto das interpretações dos tomadores de decisão que, por sua vez, são baseadas em suas crenças e valores socialmente construídos a partir de suas interações sociais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1999).

2.2 Nova Economia Institucional

A discussão sobre a importância das instituições teve suas origens no velho institucionalismo de Thorstein Veblen (1924). Esses autores consideravam insuficiente a importância dada às instituições na visão da escola econômica neoclássica (AUGUSTO; SOUZA; CARIO, 2014). A Nova Economia Institucional tem suas origens no velho institucionalismo, sobretudo americano (GOMES, 2004).

Esses trabalhos deram base a teórica da Nova Economia Institucional (NEI), que surgiu a partir do artigo seminal de Ronald Coase (1937), intitulado “*The nature of the firm*”, que buscou a resposta para o surgimento da firma, estendendo o conceito neoclássico da economia de função da produção.

A NEI contempla aspectos da microeconomia tradicional ou clássica, abordando a teoria da firma com o propósito de identificar um mecanismo alternativo de coordenação das atividades econômicas, como também o mercado, suplantando a visão neoclássica onde a firma constituía unicamente uma função de produção (FARINA *et al.*, 1997).

Como destaca Williamson (2008), a NEI propõe duas vertentes analíticas complementares aplicáveis ao estudo das organizações. A primeira, de natureza macro desenvolvimentista, focaliza a origem, estruturação e as mudanças das instituições ao longo do tempo. A segunda, conforme o autor, é de natureza micro institucional e está preocupada com a análise de estruturas de governança, contemplando as micro instituições, ou seja, aquelas que regulam transações específicas.

Augusto *et al.* (2014) afirmam que a vertente micro institucional é representada pela economia das organizações, que busca estudar as diferentes estruturas de governança que são utilizadas na coordenação de transação das firmas. A vertente macro institucional é abordada por questões como leis, costumes, normas que expliquem a origem e mudança das instituições.

Conceição (2002) apresenta três conceitos fundamentais do NEI, a racionalidade limitada e o conseqüente nível de incertezas dela originado propicia o estabelecimento de comportamentos oportunistas, elevando os custos de transação e impactando as estruturas de governança das organizações.

As interações entre agentes econômicos apontadas pela Economia de custos de Transação estão vinculadas aos contratos que são uma garantia de conduta futura. Sob essa ótica, o problema das organizações pode ser caracterizado como um problema contratual. Sendo assim, a ECT busca interpretar como o mercado e a firma se movimentam e funcionam a partir das transações como unidade de análise (WILLIAMSON, 1996).

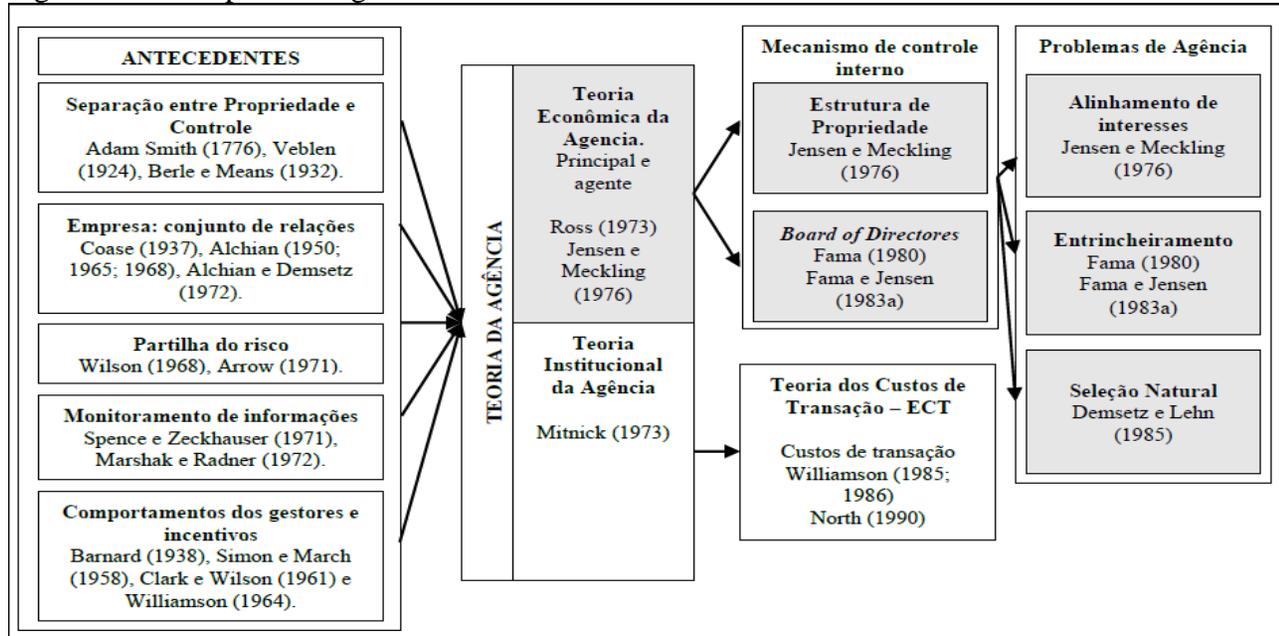
North (2006) aponta como custos de transação, coordenação dos agentes econômicos, comportamento oportunista dos agentes, direitos de propriedade e assimetria informacional como elementos de estudos oportunistizados pela NEI.

Jensen e Meckling (1976) continuam na linha econômica de Ross (1973). Os autores apontam a transição econômica clássica para moderna a respeito da firma como responsáveis por uma série de informações imperfeitas. Essa relação dá a oportunidade do agente, com seu comportamento oportunista, não agir conforme os interesses do principal.

Williamson (2008) destaca que o comportamento oportunista tende a ser mais significativo em mercados cuja competitividade é afetada pela presença de falhas de mercado. A proteção feita ao investidor pelas falhas no mercado é embasada na NEI dentro da teoria dos direitos de propriedade. Tais direitos de propriedade são abordados por Coase (1937) como sendo as variáveis do grau de desenvolvimento econômico alcançado em determinado ambiente institucional.

Além das incertezas e do oportunismo derivados da racionalidade limitada dos indivíduos, a especificidade dos ativos também impacta os custos totais de transação, na medida em que esta variável potencializa a assimetria de informações, desequilibrando as relações de força em um processo transacional.

Figura 1 - Base epistemológica da Nova Economia Institucional



Fonte: Os autores (2020).

Demsetz (1983) aponta a estrutura de propriedade como o resultado que a empresa passa internamente para se maximizar, onde haveria uma estrutura ótima de propriedade na empresa, sendo fundamental a participação acionária dos gestores. No mesmo sentido o comprometimento organizacional é um fator fundamental para a sobrevivência das organizações. Presume-se que as pessoas mais comprometidas possuem maiores probabilidades de permanecerem na organização e de se empenharem na realização do seu trabalho (SANTI, 2019).

2.3 Sistema Financeiro e o Cooperativismo de Crédito

Lima (2014) afirma que o funcionamento das instituições financeiras, entre as quais estão as cooperativas de crédito, bem como outros tipos de empresa, são regulamentados por normativos específicos. Saunders (2000) ressalta que as instituições financeiras prestam serviços que influenciam o crescimento

Diamond e Dybvig (2000) citam três pontos importantes que caracterizam o sistema financeiro:

- Os depósitos das instituições financeiras promovem um mercado mais competitivo;
- Esses mesmos depósitos podem levar à *corrida aos bancos* onde todos os depositantes entram em pânico e tentam sacar seus depósitos imediatamente, levando o banco à falência;
- Essa corrida aos bancos pode causar problemas econômicos, isso porque a falência das instituições financeiras quebraria dos contratos dos empréstimos e o término dos investimentos produtivos.

Existem evidências empíricas de que mercados financeiros bem desenvolvidos causam o crescimento econômico futuro, (LIMA, 2014). Por esse motivo, os órgãos regulamentadores têm normativas que protegem os bancos a fim de evitar falência e possíveis problemas econômicos que isso possa causar. Diamond e Rajan (2000) salientam que, por esse motivo, as instituições financeiras tem que escolher entre emprestar e criar liquidez para uma eventual corrida à instituição financeira.

A assimetria de informação, para Gorton e Pennachi (1990) é uma das grandes causas de perdas nas instituições financeiras, e essa situação pode ser resolvida com apresentação de garantias que viabilizem sua contratação. Nesse quesito, as cooperativas de crédito levam vantagem porque elas

possuem um público-alvo composto por um grupo homogêneo, conhecendo melhor a característica desse tomador, bem como ele tenderá a manter a sua reputação no grupo (BRESSAN, 2009).

Outra característica importante das cooperativas de crédito dentro do sistema financeiro nacional vem da concentração bancária, além de eventuais incentivos, que segundo Cetorelli e Strahan, (2006) pode representar uma barreira para que novas instituições entrem no mercado, a partir desse pressuposto, Soares e Melo Sobrinho (2007) apontam o papel do cooperativismo de preencher esse espaço deixado pelas outras instituições causadas pela alta concentração.

Arruda (2002) caracteriza as cooperativas como produto e processo, visto que não compram, processam e vendem para gerar lucro como uma entidade separada; procurando atuar em prol de seus associados.

2.4 Cooperativismo de crédito no mundo

O cooperativismo moderno originou-se em 1844, quando 28 tecelões de Manchester- Inglaterra criaram uma cooperativa com seu próprio armazem que vendia roupas e alimentos dos produtores locais. Posteriormente foi apoiada pela cooperativa a compra de casas para os tecelões, bem como a montagem de uma linha de produção que empregava pessoas desempregadas ou com salários baixos (GRZESZCZESZYN, 2013).

Rocha (1999) diz que esse modelo cooperativo foi tirado da experiência existente na fábrica de fiação de Robert Owen (1771-1858) em New Lanark (Escócia), essa era tida como modelo para os empregados por reduzir a jornada diária de trabalho e aceitar medidas previdenciárias. Para o autor, independente da não continuidade do modelo de trabalho na época, ele serviu como inspiração aos tecelões de Manchester.

Segundo Menezes (2005) e Pinheiro (2007), a primeira cooperativa foi fundada em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, enquanto a primeira cooperativa de crédito foi fundada em 1856, em Delitzsch, na Alemanha. No atual modelo, as cooperativas de crédito atuais surgiram no Século XIX, na Inglaterra, na Alemanha e na França com o intuito de buscar soluções para a melhoria econômica de seus proprietários (Arruda, 2014).

Em países europeus como Alemanha, na França, Holanda, Suécia, e no Canadá, o cooperativismo vem impulsionando importantes e estratégicos setores econômicos, como a agricultura (ALVES; SOARES, 2003).

O grupo Frances Crédit Agricole de 1894 é a maior instituição financeira francesa, a segunda da Europa e o quinto maior conglomerado financeiro do mundo com 39 bancos regionais e 2.512 cooperativas de crédito no ano de 2012 (CRÉDIT AGRÍCOLE, 2013).

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), “uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas de forma voluntária para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente administrada” (ACI, 2013).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) propõe sete princípios essenciais para sustentar a forma de fazer negócios e operar de maneira cooperativa:

- Adesão voluntária livre para qualquer indivíduo disposto a aceitar as responsabilidades como membro, sem qualquer discriminação;
- Controle democrático dos membros, onde cada associado tem direito a um voto e o controle da cooperativa fique a cargo de associados ativos e eleitos democraticamente;
- Participação econômica dos associados, onde parte do capital é comum da cooperativa, o capital subscrito é a quota que cada membro dispõe para se tornar associado;
- Autonomia e independência em todos os acordos realizados com outras instituições ou governos que garantam aos seus administradores sua garantia financeira;

- Cooperação entre cooperativas na busca do fortalecimento cooperativo com colaborações, locais, regionais e nacionais;
- Preocupação com a comunidade aprovando políticas sustentáveis que visem seu desenvolvimento sustentável;
- Educação e informação de gestores, funcionários e terceiros para o desenvolvimento das cooperativas (ABRANTES, 2004).

Desta forma, as cooperativas continuam com suas características de valores e princípios diferenciando-as de organizações mercantis. Com as alterações realizadas sobre os princípios cooperativistas, chegou-se a cogitar que os mesmos perderiam o foco da ideologia em que se estruturavam.

2.5 Cooperativismo de crédito no mundo

A primeira cooperativa de crédito do país foi fundada em 1902, em Nova Petrópolis/RS. O pioneirismo Gaúcho e apontado pelo grande número de imigrantes alemães que trouxeram consigo as políticas cooperativas que possuíam em seu país (PINHEIRO, 2007).

A Lei nº 5.764 define as cooperativas como sociedade de pessoas, de natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para fornecer crédito, captar depósitos e prestar serviços aos seus associados, bem como criou uma estrutura em três níveis para o cooperativismo de crédito:

1. Cooperativas singulares: formadas por pessoas físicas ou jurídicas;
2. Cooperativas centrais ou federações: formadas a partir da associação de pelo menos três cooperativas singulares;
3. Confederações de cooperativas: formadas a partir da associação de três cooperativas centrais ou federações. (PINHEIRO, 2007). Atualmente, a Lei n. 5.764/1971 define o regime jurídico pelo qual as cooperativas estão sujeitas: As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:
 - I - Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
 - II - Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
 - III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
 - IV - Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
 - V - Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
 - VI - Quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
 - VII - Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
 - VIII - Indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
 - IX - Neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

De acordo com Bressan (2009), vem aumentando significativamente a demanda por serviços financeiros prestados por cooperativas de crédito no Brasil, principalmente pelos seus serviços diferenciados, como taxas de empréstimos abaixo das oferecidas no mercado e uma maior taxa de remuneração para investimento. O cooperativismo de crédito no Brasil é uma injeção econômica em regiões estagnadas, propiciando inclusão financeira mais vantajosa e eficiência do sistema financeiro (CHAVES, 2011). Desde então o cooperativismo de crédito, para Soares e Melo Sobrinho (2007), contribui para o fortalecimento da economia local em união com seus objetivos.

No Brasil, as regiões Sul e Sudeste concentram 2/3 das cooperativas em 2014. Em novembro de 2014, Minas Gerais tinha 202 cooperativas de crédito funcionando e Belo Horizonte 31 dessas entidades (BACEN, 2014). Na prática, o benefício e o valor produzido por uma cooperativa são revertidos para seus associados por meio das relações entre cooperados e a cooperativa (PELLERVO, 2000).

A primeira confederação de cooperativas autorizada pelo Banco central foi a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's (UNICRED DO BRASIL) em São Paulo no ano de 1994. Outro marco histórico é a resolução CMN no 2.193/95, que permite as cooperativas constituírem bancos comerciais. A partir desse ponto, surgiram o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (BANSICREDI), 1995 e o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB), 1996. (PINHEIRO, 2007)

Desde então o cooperativismo de crédito, para Soares e Melo Sobrinho (2007), contribui para o fortalecimento da economia local em união com seus objetivos.

2.6 Estudos anteriores

Borges, Benedicto e Carvalho (2014) propuseram um modelo de análise econômico-financeira para auxiliar os gestores na tomada de decisão, destacando quais eram os principais índices provenientes da Análise das Demonstrações Financeiras. Foram analisadas 44 cooperativas de crédito rural de Minas Gerais entre o período de 2010 e 2011. A Análise Fatorial Exploratória foi conduzida com 10 índices e três fatores retidos, a saber, Capital e Risco, Lucratividade e Rentabilidade, e Solvência e Liquidez. O modelo desenvolvido permitiu o ranquear as organizações estudadas bem como buscar a causa raiz dos problemas, analisar e padronizar aquelas ações que redundaram em desempenho exitoso.

Braga *et al.* (2006) utilizaram a ferramenta Cox para avaliar a solvência das cooperativas de crédito. Foram utilizadas amostras de 80 cooperativas de crédito do estado de Minas Gerais no período de 2001 a 2003. Os resultados obtidos apontam que os indicadores mais eficientes para determinar a solvência de uma cooperativa de crédito são capacidade preditiva, Generalidades Liquidez, Salário e Benefícios, e o Empréstimo / Capital Próprio.

Clarck, Mare e Radic (2017) buscaram analisar a relação entre a concorrência e a estabilidade financeira nos bancos cooperativos europeus entre 2006 e 2014. Os resultados mostraram que existe uma relação em forma entre poder de mercado e estabilidade, e que a diversificação de ativos e passivos aumenta significativamente a solvência dos bancos cooperativos.

Magro, Michels e Silva (2016) analisaram a eficiência das cooperativas de crédito brasileira a partir do modelo CAMELS, com análise fatorial e envoltória de dados e frequência absoluta. A amostra se deu pelas 25 maiores cooperativas de crédito do Brasil segundo o BACEN no ano de 2014. A partir do modelo utilizado, 76% das cooperativas das crédito analisadas foram eficientes financeiramente no período analisado.

Gollo e Silva (2015) utilizaram o sistema PEARLS sobre as 25 maiores cooperativas de crédito do Brasil segundo o BACEN no período de 2008 a 2012. Os indicadores do PEARLS foram submetidos

à Análise de Componentes Principais para seleção dos mais relevantes em termos de informação, os quais foram utilizados para determinar a eficiência das cooperativas por meio do método multicritério TOPSIS. Os resultados apontaram que cooperativas do sistema Sicoob foram mais eficientes que as cooperativas Sicredi em um contexto geral.

Ramos *et al.* (2018) analisaram os fatores determinantes do desempenho econômico das cooperativas de crédito singulares do Brasil. O estudo utilizou dados de 1.011 cooperativas de crédito singulares brasileiras, sendo que os dados foram coletados por meio de consulta ao Banco Central, compreendendo os períodos de 2012 a 2016. Para análise dos dados foram utilizados o retorno sobre o ativo (ROA) e o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). Como fatores determinantes, utilizaram-se o volume de descasamento de operações ativas (VDOA), volume de operações de crédito (VOPC), taxa de inadimplência (TINAD), tamanho (TAM) e a participação de mercado (PM). Para análise dos dados foi empregada a técnica de regressão de dados em painel com efeitos fixos. O estudo apontou que as variáveis VOPC e VDOA possuem efeito positivo sobre o desempenho das cooperativas, enquanto a TINAD apresentou um efeito negativo.

Figura 2 - Apresenta os principais estudos acerca do desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito (continua)

Objetivo	Principais resultados	Autor(es)
Identificar quais os indicadores econômico-financeiros determinantes nas fusões e aquisições em empresas do setor industrial de tecnologia do Brasil listadas na B3, na perspectiva das empresas adquirentes?	Os resultados apontam que a LG, o ROE, o ROA e o EVA não se comportaram como determinantes de F&A, pois apresentaram significância estatística negativa, gerando destruição de valor ao acionista. A explicação para esse resultado pode estar relacionada ao período analisado de 2009 a 2017, uma vez que, para uma necessária criação de valor em indústrias de tecnologia, pode ser exigido um período mais extenso.	Viglioni <i>et al.</i> (2018)
O objetivo da investigação é analisar as formas de utilização das informações de desempenho e suas respectivas finalidades em CC.	O estudo bibliométrico forneceu subsídios para propor uma classificação do uso do SMD, bem como a análise de semelhanças e divergências entre as classificações apresentadas na literatura. Na pesquisa, quatro dimensões de uso do SMD foram observadas e confirmadas na gestão das três CC. Também, com base nas entrevistas com os executivos, duas novas dimensões de uso do SMD específico para as CC são sugeridas: Incentivos e Recompensas e Valorização Humana.	Severgnin <i>et al.</i> (2017)
Identificar o desempenho das cooperativas de economia e crédito mútuo de Minas Gerais, bem como identificar os fatores associados à eficiência, possibilitando às organizações ineficientes melhorar seu desempenho, espelhando-se nos seus benchmarks.	Os resultados expõem as limitações de eficiência das cooperativas de crédito, principalmente no que se refere à subutilização dos recursos produtivos, ao passo que se assevera a importância de se acompanhar o desempenho dessas organizações como fator de manutenção e sustentabilidade desses empreendimentos.	Ferreira, Gonçalves e Braga (2007)
Realizar uma revisão integrativa de modo a evidenciar como a Contabilidade Gerencial pode envolver-se mais com a AD e contribuir para superar as dificuldades de aplicação prática da AD na gestão organizacional.	Visando identificar oportunidades de interação entre a Contabilidade Gerencial e a AD, identificou-se que o acesso do contador gerencial aos gestores e stakeholders, aos sistemas e a seus conhecimentos sobre as atividades e o planejamento estratégico organizacional podem contribuir para a concepção e a operacionalização da AD. Por fim, apresenta-se a agenda de pesquisa, que direciona meios para envolver-se com a AD e trazer a gestão de volta à Contabilidade Gerencial.	Valmorbida, Ensslin e Ensslin (2018)

Figura 2 - Apresenta os principais estudos acerca do desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito (continua)

Objetivo	Principais resultados	Autor(es)
Analisar o mercado de seguros no Brasil, utilizando a Metodologia de Análise por Envoltória de Dados.	Segundo os autores, o trabalho possibilitou avaliar a eficiência das seguradoras e criar um ranking de desempenho e com isso identificar as empresas benchmarking e as ineficientes no mercado de seguros no Brasil. Os autores escolheram dois indicadores contábeis: rentabilidade do patrimônio líquido e margem operacional e um indicador do setor de seguros: sinistralidade. O uso da metodologia Data Envelopment Analysis (DEA) permitiu realizar uma análise relativa entre as empresas.	Macedo, Silva e Santos (2006)
Analisar o desempenho econômico-financeiro e a criação de sinergias em algumas sociedades anônimas brasileiras de capital aberto que passaram por processos de fusão ou aquisição.	O resultado principal do estudo é a análise dos 11 indicadores econômico-financeiros para avaliar o desempenho das empresas após fusões ou aquisições. Os autores realizam diversas análises da situação econômico-financeira das empresas, tais como: liquidez, rentabilidade, endividamento. A conclusão é que de forma geral as empresas melhoraram o desempenho econômico-financeiro após a fusão ou aquisição.	Camargos e Barbosa (2005).
Apresentar um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis com a utilização da Análise por Envoltória de Dados.	Os autores buscaram medir a eficiência das empresas brasileiras do setor elétrico por meio de indicadores contábeis e a metodologia Data Envelopment Analysis (DEA), com o objetivo de ter um índice de eficiência relativa entre as empresas pesquisadas. Esse índice foi analisado e comparado com o índice de excelência empresarial da revista melhores e maiores.	Santos e Casa Nova (2005)
Discutir o papel da Contabilidade no provimento de informações que suportem a Avaliação de Desempenho empresarial.	A autora conclui que se deve estimular o uso dos indicadores financeiros para avaliar o desempenho das empresas. E que mesmo surgindo outras metodologias que incorporam os aspectos não financeiros, a Contabilidade é fundamental para prover informações e indicadores para suportar a gestão das organizações.	Gasparetto (2004)
Avaliar os indicadores financeiros das cooperativas de crédito rural de Minas Gerais, no período de 1998 a 2001.	Os autores utilizam uma série de indicadores econômico-financeiros para avaliar o desempenho das cooperativas de crédito rural de Minas Gerais. O resultado do estudo é a evidenciação do desempenho econômico-financeiro das cooperativas. Nas conclusões os autores descrevem a situação econômico-financeira das cooperativas e tecem comentários sobre os indicadores analisados.	Bressan, Braga e Bressan (2003)
Apresentar os métodos de avaliação de empresas, com ênfase na avaliação por meio do fluxo de caixa descontado e o balanço de determinação.	Os autores buscam apresentar diversas metodologias de avaliação de empresas. Os principais resultados encontrados com a pesquisa são: (i) as avaliações incorporam questões subjetivas que não são incorporados pelos métodos de avaliação; (ii) não existe um valor correto para cada empresa, passível de uma comprovação absoluta, mas sim, valores referenciais; (iii) o método de avaliação de empresas pelo fluxo de caixa descontado vem sendo considerado pelo mercado como o método tecnicamente mais adequado; (iv) o balanço de determinação pode contribuir com a evolução das técnicas de avaliação de empresas.	Perez e Famá (2004)
Demonstrar a aplicabilidade do Modelo Gestão Econômica – GECON, como instrumento gerencial de Avaliação de Desempenho em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais.	O resultado do estudo é a apuração do resultado econômico da cooperativa. Chegou-se a conclusão de que as despesas da administração central, somadas às despesas comuns, representam aproximadamente, 90% do resultado da cooperativa. Desta forma, os autores sugerem a cooperativa a gestão do resultado pela metodologia Gestão Econômica (GECON).	Silva Filho (2002)

Figura 2 - Apresenta os principais estudos acerca do desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito (conclusão)

Objetivo	Principais resultados	Autor(es)
Reavaliar e discutir as medidas de desempenho mais difundidas na literatura e examinar essas medidas de maneira alternativa com base nos dados da Companhia Paranaense de Energia.	Os autores concluem que as medidas atualmente empregadas pelas empresas são de grande valia, desde que suas deficiências e, também, suas formulações arbitrárias sejam conhecidas. A pesquisa demonstra que as medidas contábeis tradicionais são úteis, desde que, corretamente interpretadas.	Braga e Marques (2000)
Analisar o desempenho econômico das empresas estatais privatizadas no período de 1991 a 1997, empregando como parâmetros os índices Economic Value Added (EVA) e Market Value Added (MVA) e identificar se existe correlação entre o EVA e MVA.	Os autores chegam à conclusão de que a expectativa de melhor desempenho das empresas privatizadas não se confirma quando se utiliza o EVA e o MVA como indicadores para medir o desempenho. Os autores também confirmam a esperada correlação entre o EVA e o MVA.	Saurin, Mussi e Cordioli (2000)

Fonte: Os autores (2020).

Percebe-se nesses trabalhos que existe a busca da união de teoria e prática da contabilidade, por meio de indicadores como liquidez, rentabilidade, e capital, para ser uma fonte extra de avaliação de desempenho econômico-financeiro. É evidente em todos esses trabalhos que a busca por esses desempenhos se dá apenas por indicadores financeiros.

2.7 Indicadores Tradicionais de Análise

A Figura 3 a seguir apresenta os principais indicadores econômicos-financeiros disponíveis na literatura para avaliar o desempenho financeiros das empresas.

Figura 3 - Indicadores Tradicionais (continua)

Indicadores	Autor(es)
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Macedo, Silva e Santos (2006); Santos e Casa Nova (2005); Camargos e Barbosa (2005); Antunes, Corrar e Kato (2004); Anuatti-Neto, Barossi-Filho, Carvalho e Macedo (2005)
<ul style="list-style-type: none"> • Ln do ativo total • Total dos empréstimos/ativo total • Inadimplência/ativo total • Lucro líquido/ativo total • <i>Equity</i>/ativo total 	Deyoung, (2003); Carlson (2004).
<ul style="list-style-type: none"> • Total do <i>equity</i>/ativo total • Empréstimos comerciais e industriais/total dos empréstimos • Bens de imóveis próprios/ativo total • Inadimplência/total do ativo • Liquidez 	Wheelock e Wilson (1994); Martins, (2003)
Imobilização do Patrimônio Líquido	Bressan, Braga e Bressan, (2003); Ferreira, Gonçalves e Braga (2007)

Figura 3 - Indicadores Tradicionais (conclusão)

Indicadores	Autor(es)
<ul style="list-style-type: none"> • Capital = razão entre o capital próprio e as provisões para perdas em relação ao ativo bruto <ul style="list-style-type: none"> • Inadimplência/ativo total • Receita líquida/ativo líquido médio • Investimentos assegurados/ativo total • Certificado de depósito bancário superior a \$ 100.000/ativo total <ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos comerciais e industriais/ativo total • Empréstimos para produção agrícola/ativo total 	Cole e Gunther, (1995); Ohlson, (1974); Altman, Haldeman e Narayanan, (1977)
Liquidez Corrente	Santos e Casa Nova (2005); Camargos e Barbosa (2005)
Participação de Capitais de Terceiros	Camargos e Barbosa (2005)
Rentabilidade sobre o Ativo	Camargos e Barbosa (2005); Anuatti Neto, Barossi-Filho, Carvalho e Macedo (2005)
Margem líquida	Anuatti-Neto, Barossi-Filho, Carvalho e Macedo (2005)
Liquidez geral	Bressan, Braga e Bressan (2003); Camargos e Barbosa (2005)
Valor patrimonial da ação	Braga e Marques (2000)
Lucro por ação	Braga e Marques (2000); Camargos e Barbosa (2005)
LAJIR por ação	Braga e Marques (2000)
Fluxo de caixa por ação	Braga e Marques (2000)
LAJIDA por ação	Braga e Marques (2000)
Fluxo de caixa operacional sobre o Passivo Circulante	Braga e Marques (2000)
Giro do capital circulante	Braga e Marques (2000)
Grau de endividamento financeiro	Camargos e Barbosa (2005)
Margem bruta	Camargos e Barbosa (2005)
Resultado econômico	Silva Filho (2002)
Retorno sobre o investimento	Gasparetto (2005); Perez e Famá (2004)
Economic Value Added (EVA)	Gasparetto (2005)
Market Value Added (MVA)	Gasparetto (2005)
Margem Operacional	Macedo, Silva e Santos (2006)
EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)	Perez e Famá (2004)
Fluxo de Caixa Operacional	Perez e Famá (2004)

Fonte: Os autores (2020).

A Figura 3 elencou os principais indicadores contábeis utilizados na literatura para avaliação de desempenho econômico-financeiro das empresas.

Como se pode notar pela Figura 3, indicadores contábeis financeiros têm sido amplamente utilizados, tanto em nível internacional quanto nacional, em análises de empresas, bancos e cooperativas.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho se configurou metodologicamente por meio de um estudo de caso, uma vez que este tipo de procedimento se adapta perfeitamente ao tipo de pesquisa científica que se propõe. Os dados foram coletados através da pesquisa documental e objetivaram efetuar um estudo mais eficaz do desempenho da cooperativa de crédito.

A pesquisa foi delimitada quanto aos objetivos como descritiva, conforme expõe Gil (2002), o objetivo desse tipo de pesquisa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Ainda complementada por Raupp e Beuren (2008), que explicam que descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Por fim, a abordagem do problema é de cunho quantitativo, pelo uso e tratamento dos dados com a aplicação da análise fatorial, análise envoltória de dados e análise de frequências, com a utilização de instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados, não se configurando profunda na busca de conhecimento sobre a realidade de fenômenos, pois se fixa no comportamento geral dos acontecimentos (RAUPP; BEUREN, 2008).

Através do levantamento feito com revisão sistemática, verificou-se os principais indicadores utilizados nos estudos, e com base na junção dos estudos, montou-se um conjunto para análise dos dados.

Figura 4 - Indicadores Utilizados na pesquisa

Cálculo	Situação do indicador	Risco de liquidez
Disponibilidades/Depósitos à vista	Quanto maior	Menor
Disponibilidades/Passivo Real	Quanto maior	Menor
Provisões de Crédito para Liquidação Duvidosa/Operação de Crédito	Quanto maior	Maior
Operação de Crédito/Patrimônio Líquido	Quanto maior	Maior
Provisões de Crédito para Liquidação Duvidosa/Patrimônio Líquido	Quanto maior	Maior
Depósitos Totais/Operação de Crédito	Quanto maior	Menor
Patrimônio Líquido/ Passivo Real	Quanto maior	Menor
Captação Total/ Patrimônio Líquido	Quanto maior	Maior
Depósitos Totais/Ativos Totais	Quanto maior	Menor
Despesa Total/Captação Total	Quanto maior	Maior
Resultado Líquido/ Patrimônio Líquido	Quanto maior	Menor

Fonte: Os autores (2020).

A Figura 4 apresentou os indicadores utilizados para análise de dados junto a cooperativa de crédito. É possível verificar que os principais grupos que afetam a liquidez de uma instituição financeira segundo esses índices são a operação de crédito, disponibilidades, patrimônio líquido, liquidação de crédito duvidosa e depósitos totais.

A coleta dos dados foi realizada com base nos demonstrativos contábeis divulgados pelas cooperativas de crédito, disponíveis no BACEN (2018) perante os anos de 2014 a 2017.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados contábeis da cooperativa foi realizada a partir da aplicação dos principais indicadores financeiros de solvência relacionados a instituições financeiras, sendo aplicado na Cooperativa de crédito entre o período de 2014 a 2017.

A avaliação de desempenho econômico-financeira não é prática recente nas organizações. Apesar de bastante difundida, esse tipo de análise, quando realizada em sua forma tradicional, não é capaz de prover ao gestor informações a respeito das consequências do desempenho alcançado em cada um dos indicadores para a organização.

A organização é solvente no curto prazo quando é capaz de realizar os pagamentos que originam com o ciclo operacional. O diagnóstico de solvência financeira da cooperativa deve estar apoiado na quantidade de capital de giro e nos índices de tesouraria (Martins, 2003).

A Figura 5 apresenta os índices estudados nas demonstrações contábeis da cooperativa estudada.

Figura 5 - Resultados encontrados

Cálculo	2014	2015	2016	2017
Disponibilidades/Depósitos à vista	0.10247912	0.07784	0.06613822	0.03992491
Disponibilidades/Passivo Real	0.017119761	0.01075	0.00848637	0.00562962
Provisões de Crédito para Liquidação Duvidosa/Operação de Crédito	0.241698223	0.06683	0.05810531	0.02998585
Operação de Crédito/Patrimônio Líquido	0.899927911	0.86095	1.37730473	2.26911261
Provisões de Crédito para Liquidação Duvidosa/Patrimônio Líquido	0.217510977	0.05754	0.08002872	0.06804128
Depósitos Totais/Operação de Crédito	5.532551704	6.10544	2.06336519	2.363892
Patrimônio Líquido/ Passivo Real	0.144547384	0.14069	0.13721863	0.13308243
Captação Total/ Patrimônio Líquido	0.395242152	0.48964	0.48920597	0.47853401
Depósitos Totais/Ativos Totais	0.719686636	5.36991	0.62309299	0.86570551
Despesa Total/Captação Total	1.892472227	1.16141	1.44616477	1.17535701
Resultado Líquido/ Patrimônio Líquido	0.112196081	0.16849	0.14942555	0.14500374

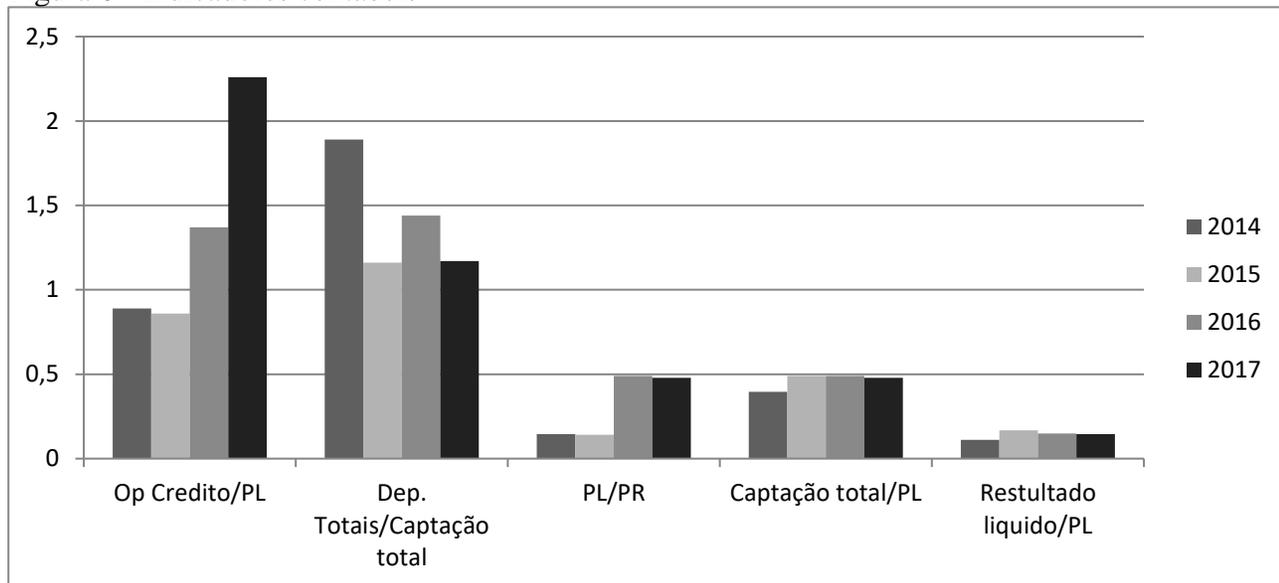
Fonte: Os autores (2020).

A disponibilidade da cooperativa vem diminuindo a cada ano estudado, enquanto o passivo real está aumentando a cada ano, em contrapartida, as operações de crédito estão evoluindo exponencialmente enquanto a provisão de crédito duvidosa não vem crescendo consideravelmente, aumentando o resultado da cooperativa.

A interpretação dos índices e indicadores fornecem dados fundamentais para a análise da situação da empresa, que agrupados trazem as informações necessárias aos investidores e interessados, para que possam decidir se é conveniente realizar suas prospecções de negócios, ou se é mais vantajoso deixar de lado (GASPARETTO, 2005).

Corroborando os últimos dados, a representatividade das operações de crédito frente ao patrimônio líquido aumentou mais de 100% em 2017 com relação a 2014, esse é o principal fator que aponta a liquidez e saúde financeira da empresa.

Figura 6 - Indicadores contábeis



Fonte: Os autores (2020).

O índice depósitos totais/operação de crédito evidencia o cenário econômico do Brasil no período, sua queda no período utilizado é reflexo da diminuição de depósito e aplicações dos cooperados devido à crise, auxiliado pelo grande volume de empréstimos feitos no período.

O tamanho da empresa pode gerar vários benefícios, como aumento dos ativos, expansão geográfica, economias de escala e escopo, além de maior poder de barganha entre os fornecedores. Um dos resultados desta pesquisa enfatiza que o aumento dos lucros da firma pode estar sendo compensado pelo aumento do tamanho da firma, ou seja, pelo maior volume de recursos próprios para pagar.

Os resultados apresentados no presente estudo confirmam os estudos anteriores sobre os análise de indicadores nas cooperativas de crédito, apresenta a técnica de análise das demonstrações contábeis como uma forma de avaliar o desempenho econômico-financeiro, tendo como o objetivo de apresentar aos gestores das organizações informações que auxiliem no processo de tomada de decisão (BORTOLUZZI, 2011).

A organização é solvente no curto prazo quando é capaz de realizar os pagamentos que originam com o ciclo operacional. Borges, Benedicto e Carvalho (2014) propuseram um modelo de análise econômico-financeira para auxiliar os gestores na tomada de decisão, destacando quais eram os principais índices provenientes da Análise das Demonstrações Financeiras. Este diagnóstico de solvência financeira da cooperativa deve estar apoiado na quantidade de capital de giro e nos índices de tesouraria. A cooperativa de crédito apresenta um resultado líquido que não tem aumentado significativamente sua representatividade frente ao patrimônio, em consonância o índice depósitos totais/operação de crédito evidencia o cenário econômico do Brasil no período, onde sua queda no período utilizado é reflexo da diminuição de depósito e aplicações dos cooperados devido à crise.

Em contrapartida, o crescente aumento no patrimônio líquido se dá pela expansão da cooperativa no estado do Rio grande do Sul a partir de 2016, onde a mesma alavancou o seu PL comparando aos períodos anteriores.

A cooperativa de crédito com uma política diferente que visa o crescimento comunitário com políticas vantajosas a sociedade deve ter uma eficaz gestão de estratégica para obter liquidez e rentabilidade no mercado.

O resultado líquido não tem aumentado significativamente sua representatividade frente ao patrimônio líquido, no entanto, ele vem crescendo exponencialmente, no entanto, com o investimento em novas agências o patrimônio líquido da cooperativa também aumentou significativamente.

Se este quociente por vários anos for consistente e acentuadamente maior que um, demonstra uma dependência exagerado de recursos de terceiros, dever ser projetados na medida possível, medidas de captação de recursos próprios e de terceiros ou adequada combinação de ambos, que às vezes, é a melhor alternativa.

O capital de terceiros é uma das alternativas que a firma tem para financiar suas atividades. A literatura demonstra que é importante que a firma detenha um alto nível de alavancagem financeira. Entretanto, uma empresa que demanda altos volumes de capital de terceiros pode ter suas atividades prejudicadas em momentos de instabilidade econômica.

A última fase do processo de apoio à decisão destina-se à sugestão de ações potenciais que visam melhorar a situação da organização, em relação à situação atual, corroborando com os achados de Macedo, Silva e Santos (2006), destaque para a análise de desempenho de uma organização, onde a mesma é sempre algo passível de muitas discussões e questionamentos sobre quais indicadores utilizar e como consolidá-los.

O setor bancário vem sendo objeto de estudos de inúmeros trabalhos acadêmicos, a falência de uma instituição financeira pode gerar inúmeros danos a sociedade onde ela está inserida, e em caso de uma grande instituição, causar danos a níveis regionais, por isso o CMN vem dando grande importância a questão de liquidez financeira no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo avaliar o desempenho econômico de uma cooperativa de crédito do oeste do estado do Paraná entre o período de 2014 a 2017 a partir de seus relatórios contábeis anuais, com indicadores de liquidez para instituições financeiras tradicionais na literatura, para tanto, foram utilizados os indicadores mais utilizados na literatura referentes a instituições financeiras.

Os resultados apontaram uma queda na disponibilidade de depósitos no período, bem como o aumento exponencial das operações de crédito e patrimônio líquido. Esses resultados são o reflexo da economia brasileira no período analisado, onde maior parte da população possui menos recursos para investir, necessitando de um maior aporte de terceiros para manter suas atividades. O crescente aumento no patrimônio líquido se dá pela expansão da cooperativa no estado do Rio grande do Sul a partir de 2016.

Pode-se definir que a cooperativa de crédito veio crescendo, se solidificando no mercado financeiro, foi alvo de dificuldades, momentos de declínio, mas em geral conseguir se recompor, disponibilizou produtos e serviços diferenciados os quais proporcionaram a fidelização e confiança por parte dos seus associados, atendendo todas as suas necessidades e se tornando uma opção viável de se trabalhar.

No que tange os índices de rentabilidade, a cooperativa sofreu tempos de declínio e elevado picos também, para se adaptar a mudança de perfil teve que desembolsar valores expressivos, para poder oferecer a seus associados uma cooperativa completa, capaz de atender suas necessidades, com o passar dos anos verificou-se que em geral as receitas estão ocorrendo, mas de maneira lenta, o que desacelera o aumento dos índices, o que não significa que a cooperativa está em situação ruim.

Para estudos futuros recomendamos utilizar um recorte temporal maior para análise, bem como comparar o desempenho de cooperativas de crédito de diferentes sistemas e regiões.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo**. Cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ALTMAN, E. I.; HALDEMAN, R. G.; NARAYANAN, P. Zeta analysis: a new model to identify bankruptcy risk of corporations. **Journal of banking and finance**, Amsterdam, v. 1, n. 1, p. 29-51, Mar. 1977.
- ANTUNES, M.; CORRAR, L.; KATO, H. A eficiência das informações divulgadas em "melhores & maiores" da revista exame para a previsão de desempenho de empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, p. 41-50, 2004.
- ANUATTI-NETO, F.; BAROSSO-FILHO, M.; CARVALHO, A.G.; MACEDO, R. Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. **Rev. Bras. Econ.**, v. 59, n. 2, p. 151-175, 2005.
- AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; CARIO, S. A. F. Nova economia institucional: vertentes complementares. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 13, n. 1, p. 93-108, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. FAQ – **Cooperativas de Crédito**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp. Acesso em: 9 jul. 2018.
- BORGES, R. C.; DE BENEDICTO, G. C.; DE MELO CARVALHO, FRANCISVAL. Utilização da análise fatorial para identificação dos principais indicadores de avaliação de desempenho econômico-financeiro em cooperativas de crédito rural de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 4. 2015.
- BORTOLUZZI, S. C. et al. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance**, v. 18, n. 2 (Abr-Jun), p. 200-218. 2011.
- BRAGA, M. J. et al. Investigating the solvency of Brazilian credit unions using a proportional hazard model. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 77, n. 1, p. 83-106. 2006.
- BRAGA, R.; MARQUES, J. I. V. C. Medidas de avaliação de empresas: uma evidência de suas relevâncias no caso da companhia paranaense de energia - COPEL. **Caderno de Pesquisa em Administração**, v. 7, n. 4, 2000.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A. Avaliação financeira das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 2, p. 21-35, 2003.
- BRESSAN, Valéria Gama Fully et al. Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação do sistema Pearls. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** (Online), São Paulo, v. 12, n. 2, p. 113-144, 2011.
- BURNS, T.; STALKER, G. **The management of innovation**. London: Tavistok, 1961.

CARLSON, M. Are branch banks better survivors? Evidence from the depression era. **Economic Inquiry**, Malden, v. 42, n. 1, p. 111-126, Jan. 2004.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do Porto Digital a partir da Teoria Institucional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**. João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 204-217, jan./jun. 2014.

CAMARGOS, M.A.; BARBOSA, F.V. Análise do desempenho econômico-financeiro e da criação de sinergias em processos de fusões e aquisições do mercado brasileiro ocorridos entre 1995 e 1999. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 99-115, 2005.

CARLSON, M. Are branch banks better survivors? Evidence from the depression era. **Economic Inquiry**, Malden, v. 42, n. 1, p. 111-126, 2004.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, 386-405. 1937.

COLE, R. A.; GUNTHER, J. W. Separating the likelihood and timing of bank failure. **Journal of Banking and Finance**, Amsterdam, v. 19, n. 6, p. 1073-1089, Sept. 1995.

CONCEIÇÃO, O. A.C. O Conceito de Instituições nas Modernas Abordagens Institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.6, p. 119-46, jul./dez. 2002.

DAL MAGRO, C. B.; MICHELS, A.; DA SILVA, T. P. Análise da Eficiência no Desempenho Financeiro das Cooperativas de Crédito Brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 2. 2017.

DEMSETZ, H. The structure of ownership and the theory of the firm. **The Journal of law and economics**, v. 26, n. 2, 375-390, 1983.

DEYOUNG, R. The failure of new entrants in commercial banking markets: a split-population duration analysis. **Review of Financial Economics**, New Orleans, v. 12, n. 1, p. 7-33, Mar. 2003.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American sociological review**, 1991.

FARINA, E. M. Q., AZEVEDO, P. F. DE., SAES, M. S. M. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. (1ª ed.) São Paulo: Editora Singular. 1987.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; GONCALVES, Rosiane Maria Lima; BRAGA, Marcelo José. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, p. 425-445, Sept. 2007.

GASPARETTO, V. O papel da contabilidade no provimento de informações para a avaliação do desempenho empresarial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, n. 2, julho-dezembro, p. 109-122, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GOLLO, V.; DA SILVA, T. P. Eficiência No Desempenho Econômico-Financeiro De Cooperativas De Crédito Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 25, p. 43-55. 2015.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, 305-360. 1976.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; SILVA, Fabrícia de Farias da; SANTOS, Rodrigo Melo. Análise do mercado de seguros no Brasil: uma visão do desempenho organizacional das seguradoras no ano de 2003. **Rev. Contab. Financ.**, São Paulo , v. 17, n. spe2, p. 88-100, Dec. 2006.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; BARBOSA, Solange de Lima. Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3, p. 7-32, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal Sociology**. v. 83, n. 2. 2011.

MEURER, S.; MARCON, R. Desempenho de cooperativas: o caso de uma cooperativa de crédito rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 9, n. 3. 2011.

OHLSON, J. A. Financial ratios and the probabilistic prediction of bankruptcy. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 18, n. 1, p. 109-131, Spring 1980.

PARENTE, P. H. N.; MOTA, A. F.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.; BRANDÃO, I. F. Teoria Institucional e disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE**. Joaçaba, v. 14, n. 3, p. 889-918, set./dez., 2014.

PEREZ, M.M.; FAMÁ, R.. Métodos de avaliação de empresas e o balanço de determinação. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, [S.l.], v. 6, n. 1, 2004.

RAMOS, F. M.; DECONTO, A. C.; SIMON, D. S.; BAMPI, G. B.. Fatores Explicativos do Desempenho Econômico das Cooperativas de Crédito Singulares Brasileiras. In: CONGRESSO ANPCONT, 12., **Anais...**, João Pessoa. Brasil, 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Beuren, Ilse Maria (Organizadora). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTI, Diego Grahl de. **Efeitos da participação orçamentária, ambiguidade de funções e conflito de papéis sobre a justiça organizacional na percepção dos diretores executivos das gerações X, Y e Z**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

SANTOS, A.; CASA NOVA, S.P.C. Proposta de um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, 2005.

SAURIN, V.; MUSSI, C. C.; CORDIOLI, L. A. Estudo do desempenho econômico das empresas estatais privatizadas com base no MVA e no EVA. **Caderno de Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 11, 2000.

SEHN, Lieges Caroline; SANTI, Diego Grahl de; ZANCHET, Aládio. Isomorfismo Institucional na Divulgação Voluntária de Informações Ambientais. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 19., **Anais...**, São Paulo, 2019.

SEVERGNIN, E.; GALDAMEZ, E.V.C.; VIEIRA, V.A.; BAIOSCHI, S.V.F. Análise das Dimensões de Uso de Sistemas de Medição de Desempenho em Cooperativas de Crédito. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 20, n. 3, p. 392-415, 2017.

SILVA FILHO, G. T. Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito: uma aplicação do modelo de gestão econômico -GECON. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 4, n. 1, art. 5, p. 0-0, 2002

SOUZA FILHO, Esdras Alexandre; ALBUQUERQUE, Jaianne Rodrigues; ANJOS, Luiz Carlos Marques; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Assimetria informacional no mercado de capitais do Brasil: os relatórios contábeis são capazes de reduzir o risco de investimento? **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 40 - p. 53, maio/ago., 2017.

VALMORBIDA, Sandra Mara Iesbik; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. Avaliação de Desempenho e Contabilidade Gerencial: Revisão Integrativa da Literatura para Superar as Dificuldades de Aplicação Prática da Avaliação de Desempenho na Gestão Organizacional. **Contabilidade Gestão e Governança**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 339-360, nov. 2018.

VIGLIONI, M.T.D.; CARVALHO, F.M.; BENEDICTO, G.C., PRADO, J.W. Indicadores Econômico-Financeiros Determinantes de Fusões e Aquisições: um Estudo na Indústria de Tecnologia no Brasil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 3, p.420-438, 2018.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

WHEELOCK, D.; WILSON, P. W. **Productivity changes in U.S. Banking**: Federal Reserve Bank of St. Louis, 1994. 30 p. Working paper: 94/021A, 1984.

WILLIAMSON, O. E. Economic organization: The case for candor. **Academy of Management Review**, v. 21, n. 1, 48-57. 1996.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. **HBS Conference on Organization Design**. December 5-6. 2008. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31718/nova-economia-institucional--vertentes-complementares> Acesso em: 10 maio 2019.